

Governo vai apresentar um plano aos credores

Mais uma vez, a prioridade será o combate à inflação e o controle dos gastos públicos. O

Até o final deste mês, o presidente Sarney vai anunciar à Nação — e aos bancos credores do País — um novo programa de estabilização da economia, cujo objetivo principal será preservar o crescimento econômico. A informação foi dada ontem pelo presidente do Banco de Montreal (Canadá), William Mulholland, e confirmada mais tarde pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que conversara antes com o banqueiro.

Embora Funaro se recusasse a fornecer mais detalhes sobre o plano, Mulholland revelou que este será baseado numa política de controle da inflação e corte nos gastos públicos. O banqueiro canadense disse ter expressado a Funaro que um plano consistente de ajuste era sua expectativa e de toda a comunidade financeira internacional. O presidente do Banco de Montreal disse que não estava preocupado se seus colegas de outras instituições exigissem que o novo plano de estabilização seja submetido à aprovação do FMI. "O mais importante é termos um plano eficaz do que nos preocupamos com quem o apóia", afirmou o banqueiro que preside um banco credor de US\$ 1,3 bilhão da dívida brasileira em créditos de médios e longos prazos.

Mulholland comentou que os banqueiros internacionais, de forma geral, estão mais flexíveis à posição brasileira de não ir ao FMI. Revelou que até mesmo aquele organismo internacional também está mais flexível. Recentemente, segundo ele, um diretor de seu banco reuniu-se, em Washington, com técnicos do FMI, onde constatou esta flexibilidade. "O FMI, como nós, também está aprendendo com o Brasil", afirmou.

Para o banqueiro, qualquer programa de ajuste precisa "perseguir" o crescimento econômico. Mulholland observou que percebeu esta determinação durante o encontro de uma hora com o ministro da Fazenda, e que ela deverá orientar o novo plano.

Investimento

Num tom surpreendentemente conciliador para um banqueiro credor do Brasil nos dias de hoje, Mulholland demonstrou firme determinação de voltar a deslocar novos recursos ao Brasil, através da conversão de parte da dívida do País junto ao Banco de Montreal em financiamentos. A proposta de conversão será apresentada em detalhes,



Mulholland: "melhor sem moratória".

hoje, ao presidente do Banco Central, Francisco Góes. Para Funaro, Mulholland fez uma explanação geral sobre a proposta.

O banqueiro frisou que a proposta de conversão será implementada independentemente do novo plano de ajuste econômico brasileiro. Mulholland disse esperar que o exemplo do Banco de Montreal na conversão de parte de sua dívida "seja seguido por outros Bancos". Observou que o Brasil está precisando de novos investimentos para, entre outras coisas, continuar pagando os juros de sua dívida.

Sobre a proposta brasileira de reduzir o serviço de sua dívida externa em 2,5% do PIB anual, Mulholland foi evasivo, afirmando que este ponto precisa ser discutido de maneira conjunta entre as autoridades brasileiras e os bancos. Concordou que os prazos de pagamento da dívida precisam ser prorrogados, mas também depois de "ampla discussão com os bancos".

O presidente do Banco de Montreal evitou alongar-se sobre a decretação da moratória por parte do Brasil. "Seria melhor se ela não tivesse havido", foi o que disse.

Sayad, defendendo o seu projeto econômico.

Parlamentares influentes do PMDB não acreditaram na notícia que circulou, ontem, no Congresso, de que o ministro João Sayad já aceitou o convite de Orestes Queríca para ocupar a Secretaria do Planejamento do novo governo de São Paulo. "Ele está muito animado com o plano econômico" — comentou um deles.

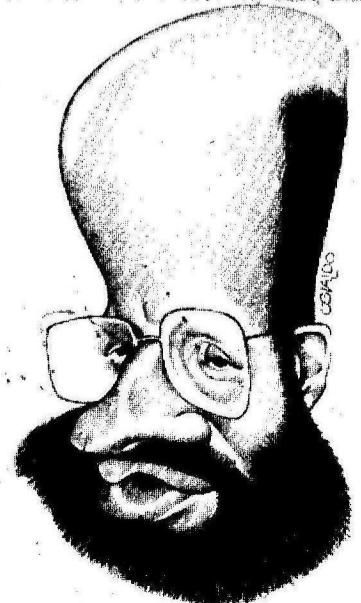
O ministro Sayad fez uma exposição do seu plano, ontem, a um grupo de constituintes do PMDB. O encontro foi no apartamento do senador Severo Gomes e participaram, entre outros, José Richa, Paulo Macarini, Fernando Gasparian, Euclides Scalco e Gerson Camata.

Já o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, almoçou ontem com o senador Mário

Covas e o deputado José Serra, ambos do PMDB paulista. O ministro fez um relato de suas viagens à Europa, Estados Unidos e Japão, declarando-se confiante em uma boa solução para a renegociação da dívida externa.

O ministro da Fazenda, mesmo acreditando no êxito da renegociação da dívida externa, revelou-se muito preocupado com a situação interna — greves, principalmente. Dílson Funaro afirmou, porém, que o índice da inflação de fevereiro, previsto para quase 20%, não haverá de chegar a 15%.

O ministro disse, ainda, que a taxa de juros apresentou uma queda e que há negociações para evitar a remarcação de preços para cima.



Mais importações

Começa a tomar corpo, já na próxima semana, o amplo entendimento entre a Cacex (Carteira de Comércio Exterior) e o empresariado para a elaboração de uma lista de prioridades para as importações brasileiras, sufocadas pelo estrangulamento externo (falta de divisas em dólares). A revelação foi feita em São Paulo ontem pelo diretor da Cacex, Roberto Fendt, que adiantou: "O pano de fundo dessas conversas é a manutenção do crescimento econômico". Fendt antecipou as quatro áreas consideradas, desde já, prioritárias: operações em regime de drawback (importar componentes para exportar peças acabadas); matérias-primas para indústria e agricultura; peças e componentes para manutenção do parque industrial nacional; e peças e componentes para a fabricação de bens de capital por encomenda.

O diretor da Cacex informou ainda que as importações de 1987 deverão ficar na casa dos US\$ 850 milhões mensais (no máximo), fechando o ano ao redor dos US\$ 8 ou US\$ 9 bilhões, praticamente repetindo o desempenho de 1986 (sem considerar o trigo e o petróleo). No ano passado as importações registraram US\$ 12,8 bilhões, incluindo US\$ 2,8 bilhões de petróleo e US\$ 400 milhões de trigo. O total líquido (descontado petróleo e trigo) ficou em US\$ 9,6 bilhões. "Além disso — observou Fendt — precisamos levar em conta que este ano não teremos US\$ 1 bilhão referente a alimentos como arroz, feijão, leite em pó, milho e carnes, pois 1986 apresentou uma demanda atípica, acima do normal, sem falar que a safra desse ano será bem maior".

A Cacex acredita ainda numa forte retomada das exportações em 1987 a partir de abril. Fendt, no entanto, evitou falar em quanto poderá ficar, ou quais as expectativas para o superávit comercial. Limitou-se a afirmar que os números de fevereiro sobre as exportações e importações serão divulgados pela Cacex na próxima segunda-feira. "E as exportações vão estar muito além de US\$ 1 bilhão", resumiu.

Para Fendt, a idéia de integrar empresários e governo na administração das prioridades de importação nasceu numa reunião, em Brasília, no Ministério da Fazenda, pouco antes do carnaval. Logo em seguida, começaram os contatos diretos entre a Cacex e as várias entidades de classe patronal de todo o País, especialmente a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que através do seu Departamento de Comércio Exterior está mobilizando os diversos sindicatos patronais preocupados com o assunto e interessados em participar na elaboração dessas "prioridades". Roberto Fendt esclareceu: "O objetivo principal desse entendimento é adequar as importações às disponibilidades de reservas do País". Mas não disse a quantas andam essas reservas (dólares) hoje.

O diretor da Cacex ressaltou que é preciso "formar uma escala de necessidades emergenciais", reconhecendo, contudo, que isso irá resolver apenas os problemas de curto prazo. "Pois no longo prazo está a decisão de garantir o crescimento da economia nacional", frisou Fendt. Insistiu que a "moratória técnica" (suspensão temporária do pagamento de juros da dívida externa) não tem causado transtornos maiores aos importadores brasileiros. Ou seja, não tem criado entraves aos créditos externos destinados às importações contratadas pelo Brasil lá fora. "Não notamos nada de concreto ainda nesse sentido", enfatizou. Quanto à questão da Arábia Saudita (que está exigindo carta de crédito em banco estrangeiro para garantir o fornecimento de petróleo ao Brasil), Fendt reconheceu estar por fora do assunto.

No entanto, Fendt foi auxiliado no assunto pelo presidente da Abdi (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base), empresário Roberto Caiuby Vidigal, com quem esteve reunido ontem. Caiuby disse que o fato pode até ser positivo para o Brasil, pois a Arábia Saudita tem sido superavitária (vendido mais do que comprado) nas suas relações comerciais com o Brasil. E que talvez fosse a oportunidade para aproveitar importar mais petróleo de outros parceiros que estejam interessados em produtos brasileiros, como China, Argélia ou Iraque.

Quanto à Resolução 767 do Banco Central — que estipula prazos mínimos de contratação de financiamento externo para importações —, Fendt observou que se a medida trouxer problemas a curto prazo aos importadores, o BC poderá reavaliar a questão. Além disso, o diretor da Cacex confia que a redução das reservas cambiais não deveu fundamentalmente ao aumento das importações, em 1986, mas a uma soma desse fator com a redução das exportações, determinada, sobretudo, por um forte aquecimento do mercado interno.

Sérgio Leopoldo Rodrigues